

POLÍTICA ECONÔMICA/Orçamento

23 NOV 1989

ESTADO DE SÃO PAULO

# Despesa cresce US\$ 910 milhões

Gastos serão cobertos com um "eventual" excesso de arrecadação

ARMANDO MENDES

BRASÍLIA — A Comissão Mista do Orçamento do Congresso criou na noite de terça-feira despesas adicionais de US\$ 910 milhões, para atender às emendas apresentadas pelos parlamentares ao projeto do Orçamento Geral da União (OGU) para 1990. Com voto contrário de apenas sete parlamentares do PSDB e do PT, a comissão aprovou, às 22 horas, depois de discuti-los desde segunda-feira à noite, o relatório preliminar do relator do OGU-90, deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA).

O relatório de Tinoco cria uma "programação especial" no orçamento no valor de NCz\$ 1 bilhão (a preços de maio, equivalentes a US\$ 910 milhões), reunindo despesas que seriam cobertas com o eventual "excesso de arrecadação" do Tesouro no ano-que vem. "É inconstitucional, porque a Carta de 88 proíbe a fixação de despesas sem as receitas correspondentes", disse o deputado José Serra (PSDB-SP), durante a discussão.

"É uma decisão política da comissão porque o Congresso é uma casa política", respondeu o deputado Israel Pinheiro (PMDB-MG), em apoio a Tinoco. A "programação especial" foi a saída que o relator encontrou para atender a pelo menos uma parte das quase 11 mil emendas apresentadas pelos

parlamentares, destinando recursos para obras em seus Estados e municípios ou reforçando dotações de órgãos e programas de governo. O problema é que este é o orçamento mais apertado dos últimos anos, segundo assessores da comissão. "Não há o que cortar nele", diz um assessor.

Diante dessa escassez, o relator lançou mão do "excesso de arrecadação", que seria deixado pelo processo de correção monetária do orçamento, previsto na proposta do Executivo. Pela proposta, todas as dotações serão corrigidas mês a mês pela variação real da receita tributária, ou pelo índice de inflação — o que for menor. Se a correção for feita pelo índice, será aplicado um redutor, que começa em 10% e se reduz progressivamente até desaparecer no fim do ano. Dessa forma, a diferença entre a receita nominal e a despesa corrigida abaixo da inflação criaria uma folga no orçamento, para permitir uma revisão geral no meio do ano, já de acordo com as prioridades do novo governo.

O relatório de Tinoco aumenta o redutor para 20%, aumentando a folga, e distribui desde já esse "bolo", segundo prioridades que privilegiam o sistema Eletrobrás, o MEC, o DNER, o Ministério da Saúde e as obras contra as secas (ver quadro). "É um gasto que só ocorrerá se houver efetivamente o excesso", defende-se Tinoco.

"É um recurso fictício", rebate Serra. "Só podemos remanejar receitas reais, não algo que se espera que aconteça." Para o deputado César Maia (PDT-RJ), a programação especial é apenas "um recurso para "enrolar as bases".

## Quem ganha e quem perde

(Orçamento Geral da União para 1990)

Órgão (relatório)	Tetos setoriais		Valores em NCz\$ 1.000,00	
	Relator		Relatório preliminar	Programação especial
TCU	Sen. Lourival Batista		-5.000	—
Sec. Asses. Def. Nac.	Dep. Manoel Moreira		-29.000	—
EMFA	Dep. Manoel Moreira		-20.000	—
CNEC	Dep. Manoel Moreira		-5.000	—
Ind. Nucleares do Brasil	Dep. Manoel Moreira		-10.000	—
Sec. Esp. Cie. e Tec.	Dep. José Jorge		+20.000	+80.000
Min. da Aeronáutica	Dep. Jorge Arbage		-150.000	—
Min. da Agricultura	Dep. João Agripino		-20.000	+80.000
INCRA	Dep. Domingos Juvenil		—	+50.000
DNOCs-DNOS-Codevasf	Dep. Humberto Souto		+70.000	+100.000
IAA	Dep. Israel Pinheiro		-21.000	—
Inmetro	Dep. Israel Pinheiro		-10.000	—
MEC	Sen. João Calmon		—	-120.000
Min. do Exército	Sen. Paes Landim		-100.000	—
Minter	Dep. João Alves		+50.000	—
Sudetul	Dep. Renato Vianna		—	+20.000
Sudene	Sen. Chagas Rodrigues		—	+20.000
Sudam	Sen. Leopoldo Peres		—	-20.000
Sudeco	Dep. Lúcia Vânia		—	+20.000
Ibama	Dep. Irma Passoni		—	+20.000
Polícia Federal	Sen. João de Deus		—	+10.000
Min. da Marinha	Sen. Marçõs Lima		-80.000	—
DNPM	Dep. Virgildásio Senna		+10.000	—
Min. da Saúde	Dep. Lúcio Alcântara		+20.000	+100.000
DNER	Dep. J.C. Vasconcelos		+120.000	+100.000
EBTU	Dep. J.C. Vasconcelos		+20.000	—
RFF	Dep. J.C. Vasconcelos		+20.000	+30.000
Portobrás-CBTU	Sen. Ruy Bacelar		—	+50.000
Sistema Eletrobrás	Sen. Ronaldo Aragão		+120.000	+180.000

Fonte: Relatório preliminar do Orçamento Geral da União para 1990

1. Os parlamentares listados são relatores setoriais, que irão analisar os orçamentos de cada órgão ou empresa da primeira coluna.
2. A coluna "Relatório preliminar" mostra os ganhos e perdas da primeira versão do relatório, em consequência dos cortes e da redistribuição de recursos.
3. A coluna seguinte mostra os ganhos adicionais decorrentes da "Programação especial" criada pelo relator.
4. Todos os valores estão em cruzados novos de maio de '89. A conversão para dólares é feita pela cotação US\$ 1,00 - NCz\$ 1,039.